



Prorrogação da Ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção-Civil

Despacho

Determino, na qualidade de autoridade municipal de proteção civil,

1 - Na sequência da evolução e do agravamento da situação epidemiológica ocasionada pela epidemia da doença COVID-19, com especial incidência no concelho de Matosinhos, das medidas excecionais de resposta previstas na declaração do estado de calamidade pública em todo o território nacional, pelo Decreto do Governo n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, na sua redação atual, que regulamentou a renovação da aplicação do estado de emergência, conforme o Decreto do Presidente da República n.º 21-A/2021, de 25 de fevereiro, por um período adicional de 15 dias;

2 - Ao abrigo dos princípios que informam a proteção civil, nomeadamente os da prioridade na prossecução dos interesses públicos iminentes à saúde pública, da prevenção e da precaução, da subsidiariedade na intervenção, da cooperação e coordenação com os diversos poderes públicos, e ainda respaldada pelo disposto na alínea v), n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nos artigos 2.º, 3.º, n.º 1 e 3 alíneas c) e e), 6.º, n.ºs 1 e 3, 16.º, 18.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação atual, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal e estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil, pelos artigos 35.º, 40.º e 41.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil, na redação atual, e do n.º 7.2 do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), na versão atualizada, e da alínea a) do artigo 39.º do Decreto do Governo n.º 3-A/2021, de 13 de janeiro, na redação atual, onde, como supra se evidenciou, se regulamentou a renovação do estado de emergência em todo o território nacional;

3- Na prossecução dos objetivos da proteção civil municipal orientados a prevenir e atenuar no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante e limitar os seus efeitos no caso de se verificarem e socorrer e assistir no território municipal as pessoas que nele vivem;

4 - A renovação dos efeitos da ativação e conseqüente prorrogação da execução do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, em todo o território do Município de Matosinhos, no período compreendido entre as 00:00 h do dia 02 de março de 2021 e as 23:59 h do dia 16 de março de 2021, em consonância com a previsão de renovação do estado de emergência até esta data, findo o qual, será reavaliada a situação, e, se assim se justificar, decidida a manutenção, alteração ou extinção das medidas ali previstas.

A Presidente da Câmara,

Dra. Luísa Salgueiro